

Apresentação

Revisionismos, negacionismos e usos políticos do passado: uma apresentação

*Igor Tadeu Camilo Rocha*¹

*Thiago Prates*²

Nas três últimas décadas a publicação de obras relacionadas aos usos do passado cresceu no campo historiográfico brasileiro. A polêmica sobre as inovações dos estudos sobre o escravismo e a divulgação da tradução de *Os Assassinos da Memória*, de Pierre Vidal-Naquet (1988), acentuaram o debate de historiadoras e historiadores profissionais acerca das representações sobre o passado e de seus usos políticos, além do papel da ideologia na fabricação desses discursos e as implicações éticas presentes na escrita sobre temas sensíveis, como o escravismo, o holocausto judeu e outros genocídios.

A consolidação dessa discussão e os movimentos de *revisão* de temas variados, prática típica da historiografia, permitiram que a academia nacional avançasse rumo à produção de conhecimento sobre objetos clássicos como

¹ Igor Tadeu Camilo Rocha é doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e desenvolve estágio de pós-doutorado na mesma instituição. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7686589258581415>. **Orcid Id:** <https://orcid.org/0000-0003-2660-8260>. **Contato:** igortcr@gmail.com

² Thiago Prates é doutor em História pela Universidade Federal de Minas e pós-doutorando/pesquisador associado do projeto *World Order Narratives of the Global South* (WONAGO) no departamento de História Global da Universidade de Hamburgo. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6554215042613929>. **Orcid Id:** <https://orcid.org/0000-0002-4985-5275>. **Contato:** thiago.prates@uni-hamburg.de

reversionismo e negacionismo. Alguns autores dedicaram seus trabalhos à reflexão sobre tais conceitos ou práticas a eles associados a partir de debates sobre o negacionismo da barbárie nazista (JESUS, 2006), os reversionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (MELO, 2014; 2017) e, em parte, sobre as correntes reversionistas da historiografia sobre a União Soviética e sobre a Ásia (SEGRILLO, 2010; 2017). Para além do debate estritamente acadêmico houve também a tentativa de trazer a discussão para meios de maior acesso, como canais do *Youtube* ou podcasts em diversas plataformas, como o *Leitura Obriga HISTÓRIA* e o *História FM*.

A preocupação por tais assuntos foi motivada, em parte, por processos ocorridos inicialmente fora do ambiente universitário. Nas últimas décadas, ficou muito patente para os profissionais da História que alguns silêncios sobre os passados vistos, vividos e rememorados por muitos setores e variados grupos sociais, tornou-se intolerável. Assim, demandas por passado de grupos historicamente estigmatizados e oprimidos exigiram respostas à academia e às outras diversas instâncias de produção de narrativas históricas. Esse processo positivo possui importantes implicações políticas para nós, que trabalhamos com a História, visto que trata também da desconstrução de silenciamentos por meio de rigorosas e extensas revisões históricas que, em grande medida, contribuem com a democratização de narrativas sobre o passado que não são as hegemônicas.

Entretanto, o que chamou mais atenção e vem despertando preocupações de historiadoras e historiadores foram os avanços dos negacionismos e reversionismos históricos que constituem parte de agendas ideológicas, sobretudo, das extremas direitas. Há exemplos variados disso, como o do uso da história da Conjuração Mineira reduzida a uma luta contra impostos a fim de se propagandear uma agenda ultra-liberal (BELÉM, 2021). Porém, no geral,

àquelas narrativas que procuram fazer justamente o contrário da democratização das narrativas históricas, quais sejam, as que se afirmam como uma “história alternativa” à “história ideológica”, mas que na verdade nada mais fazem que impor narrativas reacionárias como verdades irredutíveis nelas mesmas, são as que nos causam maiores apreensões.

Como explica Arthur Lima de Ávila (2021) a ascensão das novas direitas trouxe consigo novas demandas por passado, passado este que reafirme de maneira mais categórica narrativas hegemônicas enquanto “nacionais”, esvaziando conflitos e divergências de pontos de vista e, nesse processo, produzindo omissões e silenciamentos diversos em relação a grupos historicamente marginalizados. Para endossar seus pressupostos ideológicos, esses setores colocam de lado qualquer pretensão de rigor e trazem ao primeiro plano do seu narrar o passado todo um campo de preconceitos, elitismo e fechamento ao debate.

Essas narrativas ganharam maior consistência após a redemocratização e da constituição da Nova República, sobretudo a partir de meados dos anos 2000, momento em que a modesta ascensão social de grupos que foram historicamente afastados das universidades públicas ou mercado de consumo, por exemplo, permitiu que algumas minorias acessem aos espaços e instituições capazes de produzir e disseminar narrativas sobre o passado com certa regularidade. Além disso, as batalhas pelas memórias da Ditadura Civil-Militar provocaram a movimentação de grupos autoritários dispostos a negar, diminuir ou relativizar a violência cometida contra adversários. Esses grupos, antes encontraram pouco respaldo para construir as suas narrativas, geralmente circunscritas a nichos ou alas políticas específicas, mas que agora ganham abrangência no debate público; Dito de outra forma, narrativas que circulavam em folhetos ou conversas informais em clubes militares ganharam o Youtube,

Spotify e colunas inteiras em jornais de grande circulação - parte deles, inclusive, que se afirma como “defensor da democracia” ou do “pluralismo de opiniões”.

Os discursos produzidos por essas novas-direitas é, portanto, e em parte, uma reação à pluralização de *histórias* que reclamam diferentes símbolos, datas ou figuras representativas e que, portanto, imaginam outras identidades nacionais, outros Brasis. Desgostosos com a (ligeira) perda de proeminência, esses grupos elaboraram distintas representações sobre o passado, mas em seus repertórios são comuns temas como a relativização ou negação de alguns traumas coletivos de nosso país (o escravismo, o extermínio indígena, a Ditadura Civil-Militar) e a construção de um passado idílico de um Brasil branco, cristão, ocidental e patriarcal que teria sido desvirtuado no presente por práticas imorais e indivíduos corruptos. Essa retórica também compartilha certo tom beligerante: aqueles que não se conformam aos padrões idealizados são tratados como *inimigos* e *traidores da pátria* ou desqualificados como idiotas, estúpidos ou ignorantes.

As estratégias empregadas são igualmente variadas, da apropriação dos *Guias Politicamente Incorretos* produzidos pela direita estadunidense aos livros conspiracionistas, bem como a presença nas redes sociais e a produção de conteúdo visual altamente especializado. Esses recursos apresentam outro elemento comum: produzidos às margens das academias e instituições, eles encontram dificuldade em institucionalizar-se. Os seus critérios de validação e legitimação não estão pautados no rigor do trabalho avaliado por pares e profissionais, mas sim na política, na moral e, em alguns casos, no sucesso mercadológico. Incapazes de fazer-se reconhecer como produção de qualidade, os produtores desses discursos lançam-se à desqualificação da historiografia profissional (professores e pesquisadores) como um espaço supostamente

dominado por esquerdistas que impedem que a correta história (leia-se *conservadora* ou mesmo *reacionária*) seja contada. Tal inaptidão constantemente é mediada pelo recurso a *verdades ocultas* que, trazidas à tona, seriam suficientes em si. Não é mera coincidência que as suas obras tragam títulos como *A Verdade Sufocada* ou que recorram a estratégias discursivas como *o que o seu professor não te contou*.

Sobre esse último tópico, cabe-nos acrescentar a dimensão dessa forma de narrar o passado dentro do atual estado do capitalismo, e seus desdobramentos, por exemplo, na docência e entre a intelectualidade. No processo de uberização, pjtização e na redução do trabalhador ao *empresário de si*, a validação de argumentos por meio da espetacularização ou do marketing de si tornaram-se prática recorrente, na qual vale mesmo criar um canal de ensino de história em alguma plataforma digital sob o problemático mote do “revelarei algo que seu professor não te contou”. Nesse ínterim, o *like* torna-se um argumento de validação, além da lógica algorítmica das plataformas de buscar engajamento de usuários que aglutinam pessoas em torno daqueles que reproduzem suas opiniões e crenças prévias. E a demanda disso é suprida por profissionais, de história e de outras áreas, precarizados e que são dia após dia exigidos a produzirem seus avatares virtuais como forma de se sustentarem nesse volátil mercado.

Nesse cenário, portanto, grupos reacionários utilizam da necessária e positiva prerrogativa da *revisão* da narrativa histórica e representam os seus discursos como objetivos, neutros e não-ideológicos, elementos que, supostamente, constituem o saber *científico* e legítimo. Entretanto, a análise de suas narrativas evidencia que por trás dessa pretensa prática revisionista há um profundo anticomunismo (por vezes delirante) que tenta elevar-se ao status de consenso historiográfico (TRAVERSO, 2007).

O crescimento de tais discursos e o seu relativo sucesso fora dos ambientes controlados pelas práticas acadêmicas impõe desafios a historiadores e historiadoras. Como fazer frente às narrativas que desqualificam o seu trabalho e propõem não o diálogo crítico e o questionamento saudável, mas sim o fechamento em verdades incontestáveis? Os negacionismos trazem à tona a discussão sobre a função dos historiadores no debate público.

O dossiê proposto ao Caderno de Estudos do CDHIS foi elaborado, talvez, a partir do questionamento sobre qual é a nossa função, como historiadoras e historiadores, no debate público. E como professoras e professores de história? Lidamos com negacionismos na mídia, no nosso dia a dia, cotidianamente em nossas salas de aula. Eles possuem efeitos práticos muito visíveis, que não raras vezes se convertem em preconceitos ou discursos de ódio, ou, de maneira menos ruidosa, mas bastante danosa noutros âmbitos, que reproduzem os silenciamentos e apagamentos de grupos e sujeitos diversos, que repetidos exaustivamente naturalizam mais e mais as violências que constituem de maneira tão substantiva aquilo que chamamos de Brasil. Discutir os revisionismos e negacionismos, os seus temas, formas e as estratégias e performances dos grupos que os elaboram é, portanto, importante para analisar os elementos éticos e as implicações políticas do trabalho dos profissionais da história e de toda a sua escrita.

Por fim, os revisionismos e negacionismos apresentam-se também como material de estudo e pesquisa. Assuntos como *nação* ou *destino histórico* são tradicionalmente permeados por valores políticos que utilizam o passado não apenas para conferir sentido ao presente e fundamentar as suas identidades, mas também para dar legitimidade aos seus próprios projetos e pretensões (LEVI, 2014). Neste sentido, analisar as narrativas de passado destes grupos (ou de quaisquer outros) contribui para a compreensão de suas culturas políticas,

de suas formas de se relacionar com o tempo e de conceber o mundo. Parece útil, portanto, analisar a forma retórica utilizada pelo revisionismo para abordar o senso comum histórico (LEVI, 2014) e entender as estratégias e operações intelectuais utilizadas nas construções das representações sobre o passado.

O dossiê apresentado pretende colaborar com esta importante e crescente discussão. Perceberá o leitor que a discussão sobre a história e uso de conceitos como *revisão*, *revisionismo* e *negacionismo* não foi tratada nesta breve introdução. Além de amplamente difundida, tal discussão integra a entrevista que inicia o dossiê. A discussão será tratada com Gabriel da Costa Ávila, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, cuja pesquisa foca na história e historiografia da Ciência, em especial a história da epistemologia no século XX e, recentemente, direciona alguns de seus esforços como pesquisador para analisar o negacionismo. O tom informal presente no texto ressalta aquilo que ele é: uma entrevista profunda e um diálogo qualificado, porém elaborado com a fluidez que, por vezes, escapa aos vocabulários acadêmicos.

Os artigos que compõem o dossiê são bastante variados e esta constatação demonstra como os usos do passado, os negacionismos e os revisionismos são plurais e múltiplos. Eles estão dedicados às formas como certos grupos mobilizaram as narrativas sobre o passado com intuítos políticos e econômicos, as estratégias utilizadas e as formas encontradas para representar experiências históricas específicas. O artigo de Sabrina Braga e Fernando Gomes Garcia trata de um tema clássico, porém sempre aberto ao debate por sua complexidade, a saber, a discussão sobre genocídios e o lugar ocupado pela Shoah em suas conceituações, bem como as implicações éticas e representacionais presentes no debate. Lançar olhares novos sobre um tema clássico no debate sobre narrar, usar e, por vezes, mesmo distorcer ou apagar

passados traumáticos, como o dos crimes do nazifascismo, é um mérito de *Usos do passado e o Holocausto: a questão da singularidade*.

Já Érika Bastos Arantes traz reflexões que conectam negacionismo, racismo e educação em *“Negando o racismo nas escolas”: o negacionismo histórico e os desafios para uma educação antirracista*. O tema do ensino e da docência em história, negligenciado muitas vezes, é, sabidamente, um dos alvos preferenciais de negacionismos recentes. Livros didáticos tratados como “ideológicos” e perseguição a professoras e professores como “doutrinadores”, a acusação de pautas antirracistas como “de esquerda” e outros, à luz de densas reflexões teóricas, são objeto da análise do artigo.

Érika Bastos Arantes também tem o mérito de trazer ao debate que revisionismos e negacionismos também reescrevem passados mais distantes com intenção de atuar em pautas do presente, da mesma maneira que o excelente artigo de Isa Maria Moreira Liz, intitulado *A Inquisição medieval francesa pelos Anais do Vaticano*. Nele, a autora analisa como a Igreja Católica, na virada do século XX para o XXI, procurou revisitar a história da Inquisição Medieval, mas também das Modernas, a fim de reconstruir sua própria história institucional. Liz faz intercessões bastante sofisticadas entre história e teologia, desvelando aspectos do reescrever o passado que muitas vezes passam longe da compreensão de pesquisadores e pesquisadoras da história.

Os dois artigos seguintes tratam de temas conectados. Em *O revisionismo utilizado como política de governo pelo bolsonarismo* Ariel Cherxes Batista aponta para certo revisionismo e negacionismo presentes entre os grupos que apoiam Jair Messias Bolsonaro, incorporado também nos próprios discursos e práticas do atual presidente brasileiro. Por meio de artigos, discursos e vídeos que circulam nas redes sociais, Cherxes Batista defende que este grupo elabora uma visão nostálgica sobre o último período ditatorial e que este elogio é parte

integrante daquilo que chama de cultura política bolsonarista. Seu texto fundamenta-se na análise de discurso e nas estratégias mobilizadas por tais grupos, como a negação de fatos históricos e de processos comprovados, os silêncios e o uso do aparato burocrático do Estado para suprimir demandas por justiça.

Tasso Brito, por sua vez, empreendeu um trabalho um tanto ousado e, a nosso ver, de complexa execução - e acreditamos que sua presença nesse dossiê possa tanto contribuir para um debate importante aqui proposto, quanto para o crescimento e amadurecimento de sua própria pesquisa: trata-se de um texto que analisa usos do passado nos debates parlamentares em torno da Lei dos Mortos Desaparecidos Políticos, de 1995.

Em *Um passado em disputa na Câmara de Deputados: a atuação do PPR durante a votação da Lei sobre Mortos e Desaparecidos políticos (1995)*, Brito parte das atas do parlamento brasileiro, focando nas falas de Agnaldo Timóteo, Ricardo Izar e do então deputado Jair Bolsonaro para conectá-las a grandes temas das disputas por memória e justiça em relação aos crimes de Estado da Ditadura Militar brasileira. Brito, assim, conecta as errâncias da nossa redemocratização e os (des) acertos de contas de nosso país com a memória sobre as violações cometidas pelos que tomaram de assalto seu aparato estatal, com seus usos políticos dos mais diretos por figuras produzidas pelo nosso falho trabalho de memória.

O texto seguinte cruza três interessantes áreas, a história oral, a história empresarial e os usos da história por corporações, tema que merece mais atenção pela historiografia brasileira. O artigo de Maria Isabel Reis Nascimento e Luciano Magela Roza, *O uso da história no mercado empresarial: a utilidade do Núcleo de História Oral Trem da Vale*, os autores trazem uma importante discussão sobre o campo da história empresarial e a responsabilidade histórica

presente na construção de discursos institucionais sobre as empresas em um momento de ampliação das demandas por narrativas sobre o passado. Em seguida, os autores analisam os usos do passado a partir caso do Núcleo de História Oral Trem da Vale, ressaltando as iniciativas de legitimação da empresa e suas estratégias de inserção na comunidade, bem como as complexas fronteiras entre a responsabilidade social e objetivos mercadológicos e as limitações de uma prática que, em discurso, pretendia mostrar os rostos e vozes dos moradores locais.

O último artigo, de autoria de Caroline Maria Ferreira Drummond, traz à tona a disputa pela memória dos heróis nacionais e os usos de suas imagens que certos grupos fazem com o objetivo de legitimar-se ou criticar os seus adversários. Seu texto, intitulado “*No permitas ahora que ellos ‘descubran’ que el tercer nombre de Martí era Popov*”: disputas pela memória de José Martí na revista *Mariel* (1983-1985), demonstra como um grupo de intelectuais cubanos exilados nos Estados Unidos valeram-se da figura de José Martí, prócer da independência nacional, para desqualificar o regime revolucionário da ilha. Drummond nos mostra como parte da tradição revolucionária cubana valeu-se do legado de Martí e o conciliou com uma leitura marxista da história da ilha, dotando o governo de suposta legitimidade para cumprir o destino histórico de derrotar o imperialismo e conceder a soberania plena ao país. Em seguida, a autora analisa de maneira cuidadosa e perspicaz como os opositores presentes na revista *Mariel* interpretaram a figura de José Martí de outra maneira, um ato de disputa pelos símbolos nacionais e pela história do país. Ao representarem um *outro* José Martí em uma seção da revista destinada a elaborar um *contra-cânone* da literatura cubana, esses intelectuais não apenas legitimavam a si próprios a partir de um símbolo caro aos cubanos, mas utilizavam o passado para defender uma outra Cuba.

Esta breve introdução e dossiê não pretende esgotar um debate complexo em constante transformação, tampouco busca alterar profundamente um campo de estudos crescente. O objetivo é contribuir minimamente para uma discussão necessária e conceder variados instrumentos e perspectivas para que historiadoras e historiadores, bem como todos aqueles que desejam elaborar as suas próprias narrativas sobre o passado, possam situar-se em uma polêmica que diz respeito não apenas ao seu trabalho, mas também às formas como nos relacionamos com certas experiências históricas. Se este dossiê for capaz de instigar dúvidas e questionamentos sobre as formas de representar o passado e as suas implicações, ele terá cumprido a sua função. Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 42, p. 161-184, 2021.

BELÉM, Gustavo Castro. Tiradentes em Mont-Pèlerin: neoliberalismo e memória da Inconfidência Mineira. *Epígrafe*, São Paulo, vol. 10, nº1, p. 273-298, 2021..

JESUS, C.G.N.. *Anti-semitismo e nacionalismo: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MELO, D. B.. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, D. B.; SENA JUNIOR, C. Z.; CALIL, Gilberto (Orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LEVI, Giovanni. The distant past: on the political use of history. In.: REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni (orgs). *Political uses of the past: the recent Mediterranean experience*. New York: Routledge, 2014

SEGRILLO, Angelo. Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens. *Projeto História*, v. 41, p. 63-92, 2010.

SEGRILLO, Angelo. *História Revisionista da Ásia e Outros Ensaios do Laboratório de Estudos da Ásia da USP*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2013.

TRAVERSO, Enzo. The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century. In: HAYNES, M.; WOLFREYS, J. (org.). *History and revolution: refuting revisionism*. Londres: Verso, 2007.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória: Um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.

PODCASTS:

Revisionismos sobre a ditadura militar. Locução de: Icles Rodrigues. Entrevistados: Clara Grahl; Ricardo Duwe. Junho de 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5dOWbtdZaetKUW6OlxnIZC?si=38146b2568fc470e>. Acesso em: 01/02/2022.

Revisionismo historiográfico: pesquisa e ideologia na historiografia. Locução de: Icles Rodrigues. Entrevistado: Demian Melo. Abril de 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6VB84Ar5J9aftGHRF9dIhE?si=b407e090238948a8>. Acesso em: 01/02/2022.

História sob ataque: fake news, negacionismos e apropriação do passado. Locução de: Icles Rodrigues. Entrevistados: Marcos Napolitano; Alex Degan; Anelize Vergara. Outubro de 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6koYVJozTg8wZ2jA5XBrE?si=4d96b2dd6e6b44e1>; Acesso em: 01/02/2022.